

Aspectos da história da infância nas Minas Gerais (Séculos XVIII-XIX)

Aspects of childhood history in Minas Gerais (18th-19th centuries)

Denise Aparecida Sousa Duarte¹
Wesley Fernandes Rodrigues²

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as considerações sobre o silêncio em torno da criança na documentação (oficial e cotidiana) produzida nas Minas entre os séculos XVIII e XIX e discutido pela historiografia, e traçar algumas observações acerca dessa constatação. Procuraremos, assim, apresentar reflexões sobre essa ausência de informações relativas à infância naquele contexto, mas sem a pretensão de que com essas consigamos estabelecer respostas conclusivas para tais questões, mas com a intenção de mostrar que elas foram abordadas por essas fontes e que, mesmo quando nos pormenores da documentação, sua importância era demarcada. Para auxiliar na construção de tais questionamentos e exemplificar as hipóteses levantadas, utilizaremos diversos tipos de fontes, tais como registros de óbitos de inocentes, devassas, relatos de viajantes, testamentos e discutiremos também a presença pouco comum de crianças nos ex-votos pintados. Essa diversidade de objetos tratados visa apresentar, portanto, as múltiplas possibilidades de abordar a infância no passado.

Palavras-chave: História da Infância; Minas Gerais; séculos XVIII e XIX.

Abstract

The text analyse the considerations about the silence around the childhood in the documents (official and the ordinary ones) produced in Minas Gerais between the eighteenth and nineteenth centuries and discussed by historiography, and we will make some remarks about this issue. We will try to present reflections on this lack of information related to children in that context, but our intention is not establish conclusive answers to such questions, but indicate that they were addressed by these documents and their importance was underlined even when they are details in the sources. To guide us in the construction of such questions and to exemplify the hypotheses raised we will use several types of sources, such as records of innocents' death, wanton, travellers' reports, wills and also we will discuss the uncommon presence of children in painted ex-votos. This diversity of objects considered aims to present, therefore, the different possibilities of approaching childhood in the past.

Keywords: History of childhood; Minas Gerais; 18th-19th centuries.

¹Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. ddenao@yahoo.com.br.

²Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. wesley_fernandes@yahoo.com.br.

Introdução

Em seus estudos, Hugh Cunningham relata que existem mais caminhos para se escrever a história da infância do que a história da criança, pois a literatura, as imagens, os livros de conselhos e a ficção apresentam as concepções sobre a infância que prevaleceram entre grupos particulares no decorrer do tempo. As ideias sobre a infância, segundo o autor, existiram em plenitude no passado, mas não é fácil encontrar referências sobre a vida da criança: existem forças que falam sobre elas em relação aos adultos, mas abordar o aspecto emocional de suas não constitui tarefa fácil. A história da infância é, desse modo, mais possível de ser elaborada, pois consiste na perspectiva que os adultos construíram sobre a criança (2005, p.2-3).

Outras noções foram enfatizadas nos estudos sobre a infância, como na interpretação de Philippe Ariès, cujas teses consistem em enfatizar um entendimento sobre a antiga sociedade tradicional, que para ele enxergava mal a criança, e voltava-se para a curta duração da infância e com isso não distinguia um espaço específico para essa; em contraste com um novo lugar ocupado pela infância nas sociedades industriais, em que a escola apresenta-se como um lugar particular dedicado aos pequenos, e a família passa ser espaço de afeição necessária, se organizando em torno da criança, sendo impossível perdê-la ou substituí-la. Como forma de reafirmar suas ideias, entre outras propostas, Ariès utiliza as imagens de crianças presentes nos templos, e aborda que elas eram produzidas na forma de homens em escala menor, sem que nada as diferenciasse quanto à expressão e o traço, e que tal característica prevaleceu até o século XIII. A interpretação do autor foi a que esses tipos de imagens da criança não eram fruto de uma coincidência, mas condiziam com a ausência de interesse que os adultos tinham por essa fase da vida. Não era apenas uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e que logo sairia da lembrança (1981, p.10-52).

A história da infância é profundamente marcada pela compreensão apresentada por Philippe Ariès, na busca pela mudança nos sentimentos em relação à criança e em uma ideia de progresso, que marca o contraste entre antigo e moderno. Certamente, o ideário sobre a infância sofre mudanças, pois, assim como tratou Alberto Del Castillo Troncoso, essa fase da vida não é uma entidade estática, tampouco resultado de um processo biológico, mas uma construção de caráter simbólico, estreitamente vinculada a um contexto e a um período histórico específico, e muda a cada época (2006, p.15-16). Contudo, assim como abordou Hugh Cunningham sobre as ideias de Ariès, sua proposta

desenhou evidências para a realidade da infância, como se o desenvolvimento de ideias sobre a infância afetasse a experiência de ser uma criança (2005, p.6).

No Brasil, a perspectiva sobre o descaso com a criança por vezes é justificada pela ausência de documentos sobre a mesma, como se elas fossem deixadas à margem da sociedade e só ganhassem importância a partir de meados do século XIX. A presença ou não de referências à infância na documentação (oficial e cotidiana) não devem ser desconsideradas, mas interpretadas dentro da perspectiva da ausência ou não de sentimentos familiares (ou de sua ampliação) incide em erro, pois as relações são bastante subjetivas e inapreensíveis pela documentação.

Podemos considerar como uma resposta a essa concepção a interpretação de Julita Scarano, que descreveu esse silêncio sobre as crianças como parte de um “mundo de adultos”. A autora analisou a documentação epistolar oficial remetida para Minas Gerais e identificou a quase ausência de informações sobre a infância, sendo mencionada apenas secundariamente, quando partícipe de uma ação. Os documentos sobre a vida cotidiana produzida nas Minas, segundo Scarano, também se calavam no que diz respeito às crianças. A vida nas Minas Gerais, sujeitas a constantes mudanças e instabilidade, resultava numa vida voltada para o individualismo, mas o que não denotava uma falta de estima pelos pequenos, uma vez que nos momentos em que as entrelinhas referiam-se aos pequenos, as demonstrações de afeto estavam presentes (2010, p. 108-112).

Essas demonstrações de estima estão presentes, assim como destacou Mary Del Priori, nos testamentos, em que exemplos do amor materno teria deixado marcas, pois “não havia mãe que ao morrer não implorasse às irmãs, comadres e avós, que ‘olhassem’ por seus filhinhos, dando-lhes ‘estado’, ensinando-lhes ‘a ler, escrever e contar’ ou ‘a coser e lavar’” (2010, p.96). Mas não somente às mães couberam as informações referentes à preocupação com a criança pelos testamentos do século XVIII. O reconhecimento de filhos bastardos também estava presente nestes documentos, em que os testadores buscaram consolidar sua intenção de não deixá-los desamparados e acataram seu papel frente a seus descendentes. O exemplo do testamento de Antonio Ferreira Santos apresenta essas questões: falecido em 13 de junho de 1747, natural do Arcebispado de Braga, e que reintera em seu testamento que é

(...) solteiro e nunca foi casado e tenho três filhos mulatinhos que houve com uma escrava minha chamada Joanna que hora se acha forra dois machos e uma fêmea chamada Maria e aqueles Joam e Antonio que todos se acham forros, mas quando nisso haja alguma dúvida por tais declaro e por isentos de escravidão fiquem capazes se herdarem as duas partes de meus bens, que para

tais instituo por herdeiros fazendo se a partilha para as duas partes se aos ditos meus filhos (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio Ferreira Santos. Vila Rica. 03 JUN. 1747).

Por vezes, os órfãos também eram lembrados nos testamentos, como no caso do documento do português Francisco Pereira Lisboa. Nascido na freguesia de São Nicolau em Lisboa, mas morador em Vila Rica, ele determina que seus familiares, que ainda eram moradores da sua freguesia de origem, destinassem “(...) cem mil réis cada um para a ajuda de se acharem órfãos das mais necessitadas da mesma freguesia de São Nicolau” (CECO/ACCOP. *Livro de óbitos, óbitos e testamentos* (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Francisco Pereira Lisboa. Vila Rica. 21 FEV. 1746).

A ideia que sobressai nas interpretações sobre os sentimentos para com a criança nesse século (e também no século XIX) são, contudo, abordagens sobre o descaso com elas.³ Acreditamos que, em parte, essa interpretação seja resultado da própria leitura da época sobre o tratamento dedicado aos párvulos, em que até mesmo os sacerdotes presentes não se importavam com a educação religiosa e moral dessa fase da vida. Auguste de Saint-Hilaire descreveu em seu texto *Viagens pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, que os sacerdotes não se preocupavam com a catequização das crianças, “(...) e o que parece mais incrível, não se dão nem sequer ao trabalho de examiná-las para saber se estão doutrinadas para fazer a primeira comunhão” (1938, p.164). Apesar da ponderação necessária sobre a visão pejorativa do viajante, arraigada de certo preconceito com a terra visitada, devemos considerar a relevância dos pontos levantados por ele, como o descaso com as crianças.

As considerações a respeito da negligência em relação à infância podem ser reforçadas por alguns itens presentes nas devassas *ex officio* de Vila Rica, em que os corpos de crianças mortas eram abandonados pelas ruas sem o menor cuidado com seu preparo e inumação (APM/CMOP. Termos de distribuição de devassas, querelas, com procedência de listas das devassas anteriores Cód. 47, 1741-1809). Essa atitude era contrária à concepção de boa morte⁴ da época, que previa que o cuidado com os

³A esse respeito Luiz Lima Vailati relata a interpretação de John Luccock, que escreveu ponderações acerca do caráter festivo dos sepultamentos infantis, julgadas por ele como sintoma da fragilidade dos sentimentos familiares nessas terras, e que poderia comprometer o futuro do império. (LUCCOCK, 1818, p.79. Apud: VAILATI, 2010. p.109).

⁴Segundo Sabrina Mara Sant’Anna a boa morte se constituía no sinônimo de salvação, consequência de uma vida “(...) pautada pela interiorização e prática dos valores ético-cristãos”. Porém, nas Minas, os fiéis desejavam o bem morrer, mas não seguiam em vida os preceitos da fé. Para compensarem essa vida

momentos finais da vida e com o corpo do jacente era essencial para se alcançar a salvação.

Devemos considerar, no entanto, um contraponto a essa questão: em muitos registros de óbitos o zelo com os corpos das crianças era evidente, apresentando uma preocupação com a sua vida além-túmulo. Um aspecto era essencial nesse contexto e foi apresentado nesses registros, o batismo feito anteriormente à morte das crianças. Ainda que os fiéis considerassem que as crianças, devido a sua ausência de mácula e pecados, alcançariam a salvação logo após a sua morte, o batismo era, segundo a concepção religiosa da época, essencial para que elas alcançassem o Paraíso. A partir desse rito os fiéis estariam, portanto, inserindo-se na vida religiosa cristã, já que ele abria caminho aos demais sacramentos. O batismo era também intitulado o “Sacramento da Fé”: além de absolver os batizados do pecado original, perdoava aos que chegaram ao uso da razão das faltas cometidas até o momento do sacramento.⁵

O temor de que as crianças morressem sem o batismo, o que poderia levar a perda de sua salvação, tornou o momento do parto especial para que esse sacramento fosse administrado, com o batismo *em perigo de morte*. O livro de registros de óbitos da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Real traz um exemplo dessa situação, no assento do recém-nascido falecido em 30 de Abril de 1854, filho legítimo de Francisco Jose Moreira e Joana Ferreira de Fraga. O pequeno foi batizado em perigo de morte e sepultado abaixo do arco cruzeiro da Capela de Nossa Senhora da Lapa (AECM. Registros de batismo (e óbitos) da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Livro: 1854, Jun. – 1848, Jan. s/n.). Outro exemplo que descreve uma situação em que o batismo ocorreu às pressas logo após o nascimento da criança foi o batismo de Bibiana, no mês de Maio de 1802, registro proveniente da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei. A menina era filha natural da parda forra Maria da Conceição Ascensão, e teria sido batizada em casa pelo falecido Padre Bento Francisco Magalhães Paiva, pois estava correndo risco de vida. A criança teria recebido um novo sacramento, mas dessa vez *sub*

desregrada e assegurarem uma boa morte, os devotos se associavam às irmandades, garantindo com isso o acompanhamento de seus funerais e sufrágios e, com a morte próxima, buscavam testar e receber o auxílio sacerdotal, com o recebimento dos sacramentos. (SANT’ANNA, 2006, p. 69-72).

⁵No entanto, para aqueles que já possuíam a capacidade de discernimento entre o bem e o mal, o texto indica que eles deveriam se tornar primeiramente catecúmenos, isto é, ser instruído nos mistérios da fé, estar arrependido dos pecados da vida passada e proclamar desejo de viver na fé cristã. (IGREJA CATÓLICA, 1655. p. 1-2).

*conditione*⁶ pelo fato do sacerdote ter falecido e não poder informar sobre a validade do primeiro sacramento (AEMNSCAD. Registros de Batismo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias. Livro: 1774, Fev. – 1778, Jan. VILA RICA. f.2). Esses casos mostram que a preocupação com as crianças, e especialmente com sua salvação, não podem ser desconsideradas.

Outro tipo de documentação na qual prevalece o silêncio em relação às crianças é a que se refere aos ex-votos pintados⁷ presentes nas Minas. O costume de se confeccionar ex-votos em tabuletas pintadas como agradecimento a uma graça alcançada foi uma atitude comum nas Minas entre os séculos XVIII e XIX. Essa atividade comporta dois momentos: o voto feito e a concretização da promessa através dos ex-votos. Voto é uma promessa feita a Deus, aos santos, à Santa Maria e/ou a Jesus Cristo buscando a resolução de uma aflição cotidiana, ou seja, é a invocação da ajuda de Deus para aliviar os problemas terrenos prometendo algo em troca caso seja alcançada a mercê suplicada. Tal prática comporta também um segundo momento de cumprimento da promessa efetivada, seja por meio de exposição de objetos nos santuários e/ou por concretização de um ato. Estes objetos e ações denominamos de ex-votos. Assim, ex-voto pode ser um objeto, monumento, ação, sacrifício oferecido à divindade ou aos seres sobrenaturais em reconhecimento de um favor recebido. A materialização do agradecimento por graças recebidas e consequente exposição pública em locais sagrados é apenas um dos momentos da prática votiva.

Um fato, contudo, nos chamou atenção: a (quase) ausência de ex-votos pictóricos referentes à figura da criança nesse contexto. Dentre as tábuas votivas mineiras analisadas ao longo desses dois séculos, somente uma delas trata do agradecimento pela cura de uma criança. A demonstração de gratidão pelo milagre recebido foi encomendada por José Francisco Cordeiro, no ano de 1986, dedicada ao Bom Jesus de Matozinhos, que teria curado seu “filho Joaquim, quase esvaído em sangue pela gengiva e pelo nariz”.

⁶ Esses sacramentos tratam daqueles ritos realizados nos casos de não se tem certeza se o indivíduo já havia sido batizado ou se o batismo teria sido válido.

⁷ Definimos os ex-votos pictóricos como tábuas votivas pintadas geralmente de pequenas dimensões ofertadas a Cristo, à Virgem Maria ou a um santo (a) feitas em memória de um milagre recebido e consequente cumprimento de um voto.



Figura 1: Ex-voto de Joaquim ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Santuário de Bom de Jesus de Matosinhos, Congonhas-MG. Foto: acervo pessoal.

Devemos considerar, entretanto, o caráter material um tanto quanto efêmero dessas tabuletas. Elas podem ter se desgastado com o tempo, sendo descartadas ou até mesmo perdidas, tornando-se indecifráveis e ilegíveis, e sua guarda não mais justificada. Os ex-votos referentes às crianças podem também ter sido constituídos a partir da utilização de outros aparatos, pois a prática votiva nas Minas Gerais estava conectada a uma prática cultural que não se limitavam aos ex-votos pintados. Ao contrário, o cotidiano dos grupos que compartilhavam essa religiosidade oferecia um amplo espectro de objetos que poderiam ser convertidos em ex-votos. Portanto, é possível supor que eram utilizados outros objetos para o pagamento das promessas feitas para a proteção das crianças.

Conclusão

Nosso objetivo nessa comunicação foi o de problematizar o eloquente silêncio presente nos mais diferentes documentos das Minas sobre as crianças. Procuramos apresentar hipóteses já levantadas pela historiografia da infância e também demonstrar como a criança aparece de forma residual na documentação. Concordamos com Julita Scarano quando a autora justifica essa carência de referências dizendo que a documentação que trabalhamos se refere ao “mundo dos adultos” e, por isso, é compreensível que aparecem apenas resquícios da história dos pequenos nesses registros. Consideramos que os documentos relativos ao período colonial nas Minas, mas também posteriormente, possuem informações na sua maioria que não dizem respeito ao universo infantil, mas interpretar as poucas referências aos pequenos como falta de sentimento ou descaso pelos mesmos pode nos levar a incidir em erro. O envolvimento afetivo com a criança diz respeito a um universo particular, no qual prevalece a subjetividade, e que as marcas que deixou na documentação foram poucas, mas não inexistentes.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

CUNNINGHAM, Hugh. **Children and childhood** in Western Society Since 1500. London: Pearson Longman, 2005.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SANT’ANNA, Sabrina Mara. **A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)**. 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais.

SCARANO, Julita. Criança esquecida nas Minas Gerais. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. pp.107-136.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. **Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez em la ciudad de México – 1880-1920**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos; Instituto de Investigaciones Dr. Jose María Luis Mora. 2006.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos** (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010. p.109.

Fontes impressas

IGREJA CATÓLICA. **Batistério e Cerimonial dos Sacramentos da Santa Madre Igreja Romana**, emendado, e acrescentando em muitas cousas nesta última impressão: conforme o Cathecismo & Ritual Romano. Lisboa: Na Oficina de Antonio Alvares Impressor Del Rey, 1655.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Tomo 1. P.164. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1>. Acesso em: 09 jul. 2015.

Fontes manuscritas

APM/CMOP. **Termos de distribuição de devassas, querelas, com procedência de listas das devassas anteriores**. Cód. 47 (1741-1809).

CECO/ACCOP. **Livro de óbitos, óbitos e testamentos** (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Antonio Ferreira Santos. Vila Rica. 03 JUN. 1747.

CECO/ACCOP. **Livro de óbitos, óbitos e testamentos** (Vila Rica e Freguesias – 1734 - 1750). Volume: 1863, Rolo/Microfilme: 055/0572-0767. Registro de testamento de Francisco Pereira Lisboa. Vila Rica. 21 FEV. 1746.

AEMNSCAD. **Registros de Batismo** da Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias. Livro: 1774, Fev. – 1778, Jan. VILA RICA. f.2.

AECM. **Registros de batismo** (e óbitos) da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Livro: 1854, Jun. – 1848, Jan. s/n.

Fonte iconográfica

Ex-voto de Joaquim ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Santuário de Bom de Jesus de Matosinhos, Congonhas-MG. Foto: acervo pessoal.